

4



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS REFERENTES AO ANO 2004

Proposta apresentada pelo Conselho Directivo Nacional
Lisboa, 16 de Fevereiro de 2005



INDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	4
I – ACTIVIDADES INERENTES ÀS OPÇÕES DEFINIDAS NO PLANO DE ACÇÃO PARA O MANDATO	5
1 – EXERCÍCIO PROFISSIONAL	5
1.1 Promover a qualidade dos cuidados de enfermagem e os sistemas de informação	5
1.2 Promover o desenvolvimento profissional / certificação de competências	5
1.2.1 A compreensão interna por parte dos novos membros dos órgãos sociais do estado da reflexão e suas perspectivas de desenvolvimento	5
1.2.2 A elaboração do projecto de desenvolvimento	6
1.2.3 A intervenção política	6
1.2.4 A intervenção junto dos enfermeiros	6
1.2.5 A formação em enfermagem	6
1.3 Promover a melhoria das condições para o exercício profissional e respectivo controlo	7
1.3.1 “Substituição de enfermeiros por outros que não enfermeiros”	7
1.3.1.1 Desvalorização dos cuidados de enfermagem / formação e atribuições dos AAM	7
1.3.1.2 Exercício ilegal da profissão	8
1.3.2 Deficientes condições para o exercício profissional com qualidade	9
1.4 Desenvolver a reflexão ética	9
2 MANDATO SOCIAL DA PROFISSÃO	9
2.1 Desenvolvimento do mandato social para com os cidadãos	9
2.1.1 – Tomadas de posição pública	10
2.1.2 – Visibilidade da intervenção dos enfermeiros	11
2.2 Desenvolvimento do mandato social para com os enfermeiros	11
2.3 Desenvolvimento do mandato social para com o poder político	11
3 – GESTÃO CENTRALIZADA DO PATRIMÓNIO E RECURSOS	12
4 – RELAÇÕES INTERNACIONAIS	12
4.1. De desenvolvimento	12
II - ACTIVIDADES INERENTES AO REGULAR FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS.....	15
1 - INSCRIÇÕES	15
2 - REVALIDAÇÃO DAS CÉDULAS PROFISSIONAIS	15
3 - ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS	16
4 - EMISSÃO DE PARECERES	16
5 – JULGAMENTO DE RECURSOS	16



4

6 – PROCEDIMENTO DISCIPLINAR.....	17
7 - REPRESENTAÇÃO E INTERVENÇÃO POLÍTICA	17
7.1 Junto dos órgãos de soberania	17
Presidência da República.....	17
Assembleia da República.....	17
7.2 Governo	18
Ministério da Saúde.....	18
Ministério da Ciência, Inovação e do Ensino Superior.....	18
Direcção-Geral do Ensino Superior	18
Participação em Comissões / Organismos previstas na lei ou por solicitação	19
Participação em eventos realizados por enfermeiros e/ou outras entidades	20
8 – GESTÃO DOS SERVIÇOS E EXPEDIENTE	20
9 – REUNIÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	20
III ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	22
1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA	22
1.1 Proveitos	22
1.2 Custos.....	24
1.2.1 Fornecimentos e Serviços Externos	24
1.2.2 Comunicação	24
1.2.3 Deslocações e estadias.....	24
1.2.4 Trabalhos especializados	24
1.2.5 Custos Financeiros.....	24
1.2.6 Custos Extraordinários.....	25
2 ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	25



4

SIGLAS

AG	- Assembleia Geral
CD	- Conselho Directivo
CDR	- Conselhos directivos regionais
CE	- Conselho de Enfermagem
CER	- Conselhos de enfermagem regionais
CIPE/ICNP	- Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem
CJ	- Conselho Jurisdicional
CJR	- Conselhos jurisdicionais regionais
ICN	- Conselho Internacional de Enfermeiros (International Council of Nursing)
OE	- Ordem dos Enfermeiros



Nota introdutória

O Relatório de Actividades e Contas que o Conselho Directivo faz presente à Assembleia Geral da Ordem dos Enfermeiros é uma síntese das actividades desenvolvidas no plano nacional, ao longo do ano de 2004, primeiro ano do mandato 2004 / 2007.

Deseja o Conselho Directivo que o Relatório aqui apresentado seja um instrumento de trabalho que permita, por parte dos membros, uma avaliação do trabalho desenvolvido pelos órgãos sociais que há um ano tomaram posse, tendo como base os compromissos assumidos para o mandato em geral e para o ano de 2004 em particular.

Sendo este o objectivo principal do Relatório que se apresenta, importa reter que a dinâmica da realidade global, onde se insere a enfermagem portuguesa e, conseqüentemente, a intervenção da Ordem foi marcada no decurso do ano de 2004 por um conjunto de factores que, conjugados, fazem perceber duas determinantes de sentido contrário. Ou seja, por um lado, da análise realizada conclui-se que, de uma forma mais ou menos explícita, estamos perante orientações de política global na área da saúde e da educação. Estão em causa desenvolvimentos das alterações legislativas que indiciam uma desvalorização dos cuidados de enfermagem e da participação dos enfermeiros em todos os níveis do sistema, com efectivas conseqüências para a qualidade dos cuidados aos cidadãos. Por outro lado, verifica-se um maior reconhecimento formal do papel social que os enfermeiros desempenham no sistema de saúde, pelo respeito e crescentes solicitações que permitem afirmar o papel de parceiro que à OE, como organização com funções reguladoras, é cada vez mais reconhecido.

Conscientes de que este é o quadro em que se tem inserido a intervenção da OE e as conseqüentes actividades que lhe dão suporte, o elencar das mesmas facilmente se torna redutor. Todavia, são parte integrante e integradoras do esforço de prossecução do nosso desígnio fundamental: a promoção da qualidade dos cuidados de enfermagem aos cidadãos e do desenvolvimento, regulamentação e controlo do exercício da profissão.

Neste quadro global, faz sentido retomar aqui o importante desafio feito pela presidente do ICN, Christine Hancock, aquando da sua passagem por Portugal, no passado Outubro:

“encontramo-nos num contexto em que emerge a necessidade de os enfermeiros portugueses como que revisitarem as suas práticas, tendo sobre elas um olhar. É como que um olhar para dentro, um trabalho interior, no seio da profissão, um trabalho de valorização dos cuidados de enfermagem e consolidação dos campos de intervenção dos enfermeiros”.

Da avaliação de um ano de trabalho, a certeza de que o muito que foi realizado representa um esforço permanente de todos os que se empenharam neste projecto, e que, quotidianamente, continuam nos seus contextos de trabalho. Neles encontram a disponibilidade necessária para responder às crescentes solicitações que a responsabilidade decorrente da sua condição de membros dos órgãos sociais da Ordem coloca a cada uma e a cada um.

Lisboa, 16 de Fevereiro 2005



I – Actividades inerentes às opções definidas no plano de acção para o mandato

1 – Exercício profissional

1.1 Promover a qualidade dos cuidados de enfermagem e os sistemas de informação

A intervenção da OE, ao longo do ano de 2004, no que se refere à promoção da qualidade dos cuidados de enfermagem e aos sistemas de informação, envolvendo o Conselho de Enfermagem e o Conselho Directivo, centrou-se no desenvolvimento e na apresentação de propostas, tendo em vista os instrumentos de gestão decorrentes da aplicação da nova legislação da saúde, nomeadamente no que respeita aos hospitais S. A. e centros de saúde.

No que respeita aos hospitais S. A., as actividades desenvolvidas, coordenadas pelo Conselho Directivo e Conselho de Enfermagem, envolveram:

- ▶ reuniões com enfermeiros directores dos hospitais S. A., que visaram a elaboração de um quadro de referência para a qualidade / produtividade dos cuidados de enfermagem, tendo sido para o efeito criado um grupo de trabalho;
- ▶ reunião com o IGIF para o desenvolvimento de indicadores de desempenho sensíveis aos cuidados de enfermagem nos sistemas de informação;
- ▶ reunião com a Unidade de Missão;
- ▶ divulgação no suplemento da revista de Julho de toda a documentação produzida;
- ▶ reuniões com as organizações profissionais.

No que respeita à implementação de novos modelos de gestão nos Centros de Saúde, foi apresentado um documento devidamente fundamentado ao Ministro da Saúde sobre os cuidados de enfermagem e os respectivos indicadores, que deverão obrigatoriamente ser assegurados independentemente do modelo de gestão que venha a ser adoptado.

Foi elaborado pelo Conselho de Enfermagem o projecto para a implementação dos padrões de qualidade e da CIPE, a desenvolver ao longo dos próximos três anos de mandato, tendo sido para o efeito criado um grupo coordenador constituído por membros do Conselho de Enfermagem e dos Conselhos de Enfermagem Regionais.

1.2 Promover o desenvolvimento profissional / certificação de competências

As actividades inerentes a esta segunda linha de intervenção estratégica ao longo do ano de 2004 decorreram em torno cinco eixos essenciais.

1.2.1 A compreensão interna por parte dos novos membros dos órgãos sociais do estado da reflexão e suas perspectivas de desenvolvimento

- ▶ Encontro Nacional dos Órgãos Sociais, em Janeiro, com a participação dos presidentes dos órgãos cessantes.
- ▶ Na sequência da conferência realizada em Maio, os membros dos órgãos sociais debateram e aprofundaram a temática durante dia e meio, contando com o contributo e a orientação de Guy Le Boterf para o efeito.



- ▶ Participação no Colóquio Internacional promovido pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação sobre certificação de competências – validação de adquiridos – em Outubro.

1.2.2 A elaboração do projecto de desenvolvimento

- ▶ Nomeação do grupo coordenador do projecto, Conselho Directivo e Conselho de Enfermagem, que terminou a primeira fase de elaboração em Novembro com a apresentação no Encontro Nacional dos Órgãos Sociais, em Dezembro.
- ▶ Recolha de contributos de peritos.
- ▶ Nomeação da Comissão Técnica de Acompanhamento.

1.2.3 A intervenção política

- ▶ Intervenção junto do Presidente da República, do ministro da saúde, da ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior e Grupos Parlamentares com a finalidade de sensibilizar para a necessidade da alteração estatutária.
- ▶ No quadro da abordagem da proposta de ACT para os Hospitais S. A., por iniciativa da OE, foi tomada uma posição conjunta das organizações profissionais, reafirmando as competências da Ordem nesta matéria, e que foi essencial para a intervenção junto da Unidade de Missão ao longo dos meses de Setembro e Outubro.

1.2.4 A intervenção junto dos enfermeiros

- ▶ Envio, a todos os membros, da *Divulgar*, cujo conteúdo é “Competências do Enfermeiro de Cuidados Gerais”.
- ▶ Realização, em Maio, de uma conferência com Guy Le Boterf, subordinada ao tema “Certificação de Competências, uma Ponte para a Excelência”. Contou com a participação de docentes de enfermagem, enfermeiros das instituições prestadoras de cuidados e organizações profissionais.
- ▶ Realização de *workshops* e reuniões institucionais por especialidades da responsabilidade das respectivas comissões.
- ▶ Participação em encontros regionais onde esta matéria foi debatida e aprofundada (Madeira, Junho; Lisboa, Outubro; ...).
- ▶

1.2.5 A formação em enfermagem

Foi denunciada a situação de desregulação da formação em enfermagem decorrente de dois factores:
i) a abertura indiscriminada de cursos de licenciatura, colocando como exigência à ministra da CIES a não autorização para a abertura de mais cursos;



ii) a não autorização para a abertura de pós-licenciaturas de especialidades em enfermagem, apesar de ter sido emitido parecer positivo por parte da OE, conforme se pode verificar no quadro que se segue:

O Conselho Directivo e o Conselho de Enfermagem acompanharam o desenvolvimento da implementação do Processo de Bolonha no sentido de aprofundar as implicações para a profissão. Neste quadro foram realizadas:

- ▶ várias reuniões com a coordenadora nomeada pela ministra da Ciência Inovação e Ensino Superior (CIES) e o grupo do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (GCCISP);
- ▶ um fórum, em Outubro, com a participação de representantes das organizações prestadoras de cuidados, das instituições de ensino e das organizações profissionais.

1.3 Promover a melhoria das condições para o exercício profissional e respectivo controlo

Sendo esta a terceira linha de intervenção no que respeita ao exercício profissional, as actividades desenvolvidas tiveram como foco de atenção principal as situações que configuravam:

- a “substituição de enfermeiros por outros que não enfermeiros” ;
- as deficientes condições para o exercício profissional com qualidade.

1.3.1 “Substituição de enfermeiros por outros que não enfermeiros”

Considera-se aqui a desvalorização dos cuidados de enfermagem, tendo como manifestações expressas os programas de formação para AAM, as competências dos técnicos-auxiliares da saúde explícitas na proposta de ACT para os Hospitais S. A. e o exercício ilegal da profissão;

1.3.1.1 DESVALORIZAÇÃO DOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM / FORMAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DOS AAM

Os diversos documentos que chegaram ao conhecimento da Ordem suportam de uma forma clara um discurso próprio da disciplina de enfermagem, com o recurso a conceitos e outros elementos estruturantes do conhecimento e da prática dos cuidados de enfermagem, o que configura uma apropriação indevida das intervenções do enfermeiro, tal como preconizado no Regulamento do Exercício Profissional dos Enfermeiros (REPE), decreto-lei n.º 161 / 96 de 4 de Setembro, Artigos 4.º, 5.º e 9.º.

Neste quadro, foram desenvolvidas as seguintes actividades entre Abril e Novembro:

- ▶ elaboração de pareceres pelas respectivas comissões;
- ▶ definição de uma tomada de posição sobre a “Substituição de enfermeiros por outros que não enfermeiros”, divulgada junto das organizações de saúde, no *site* e no suplemento da revista de Outubro;
- ▶ realização de reuniões com os Conselhos de Administração dos Hospitais visados, com os colegas responsáveis pela formação no Hospital Fernando da Fonseca e com os colegas do Bloco Operatório desta instituição;



- ▶ realização de reuniões com enfermeiros-chefes e enfermeiros-formadores;
- ▶ tomada de posição unânime pelas organizações profissionais dos enfermeiros;
- ▶ denúncia da situação junto do Ministro da Saúde e sob a sua orientação foram realizadas as reuniões com a Unidade de Missão para os Hospitais S. A., que conduziram à assinatura do acordo, e também com o Conselho de Administração do INEM;
- ▶ nomeação de um grupo de trabalho com a finalidade de propor um projecto global de intervenção da OE no que se refere à tentativa de substituição de enfermeiros. A sua constituição conta com os seguintes enfermeiros: Oliveira Marçal – CD; Ana Loff – CF; Benedita Santos – CCG; Eunice Sá – CEEMC; João Santos – enfermeiro convidado. Em Dezembro, foi aprovado o projecto de intervenção para o mandato que será realizado em conjugação com o projecto sobre os padrões de qualidade referido no ponto 1.1.

Foram assumidas posições públicas de clarificação da posição da OE e das restantes organizações profissionais que afirmam:

“O que a Ordem dos Enfermeiros não quer para os cidadãos do nosso País”

“Aquilo com que os enfermeiros não podem pactuar.”

“O que as organizações prestadoras de cuidados de saúde não podem negligenciar.”

“Sobre as responsabilidades políticas que o governo, através do ministro da Saúde, não pode reenviar para actos de gestão.”

Foi divulgado um enunciado de posição sobre orientações relativas às atribuições do enfermeiro circulante, baseadas no parecer da Comissão de Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica, na sequência do trabalho conjunto desenvolvido por esta Comissão e a AESOP, em conformidade com orientações europeias e internacionais relativas às atribuições dos enfermeiros no bloco operatório;

Foram realizadas reuniões com as Confederações e Federações Sindicais que representam AAM;

Foi recebido apoio do Conselho Internacional dos Enfermeiros na pessoa da sua presidente Christine Hancock em entrevista com o Ministro da Saúde – comentário divulgado no suplemento da revista de Outubro.

1.3.1.2 EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO

Ao longo do ano de 2004, houve um crescimento da identificação de situações, tanto por denúncia junto da OE, como por conhecimento através da comunicação social, que indiciavam a prática de exercício ilegal da profissão. Releva-se como significativo o aumento de informação sobre esta matéria fornecida pela Inspecção-Geral da Segurança Social no que respeita às situações de cuidados prestados em lares.

Foram realizadas as necessárias denúncias junto das entidades do Ministério Público.



1.3.2 Deficientes condições para o exercício profissional com qualidade

Também nesta matéria houve um aumento de pedidos de pareceres por parte dos membros, com a identificação das situações, e as questões daí decorrentes sobre a qualidade dos cuidados prestados e o respeito pela deontologia profissional.

Por parte do CJ e do CE foram emitidos os respectivos pareceres e foi solicitado o acompanhamento pelas respectivas secções regionais.

No que respeita ao desenvolvimento de uma estratégia de intervenção devidamente articulada no plano nacional, procedeu-se:

- à discussão interna do relatório prévio do estudo elaborado pela Universidade Católica. O relatório final foi entregue em Novembro e será divulgado no ano de 2005;
- à apresentação de uma proposta de modelo de monitorização das condições do exercício, que permitirá às secções regionais caracterizar as situações e proceder adequadamente na sua área de competências, relativa ao exercício profissional dos membros da sua região.

1.4 Desenvolver a reflexão ética

A quarta linha de intervenção relativa ao exercício profissional refere-se às actividades desenvolvidas tendo em vista a promoção da reflexão ética junto dos membros, cuja concretização foi assumida pelo Conselho Jurisdicional.

Neste quadro realizou-se:

- o V Seminário de Ética, em Outubro, com o contributo de várias individualidades e a participação do Conselho de Enfermagem e Conselho Directivo. A revista n.º15, de Dezembro, reproduz todas as intervenções aí realizadas;
- a preparação da 2.ª edição do Código Deontológico anotado, prevendo-se o seu lançamento por altura do Dia Internacional do Enfermeiro, em 2005;
- uma acção de formação dirigida aos inspectores dessa instituição, a pedido da Inspeção-Geral de Saúde;
- a emissão dos pareceres solicitados na área da ética e deontologia.

2 Mandato social da profissão

2.1 Desenvolvimento do mandato social para com os cidadãos



Na vertente do mandato social para com os cidadãos, as actividades desenvolvidas situaram-se em torno de dois eixos essenciais que a seguir se enunciam.

2.1.1 – Tomadas de posição pública

- **25-7-2004** – semanário O Independente – posição da OE face a queixas de usurpação de funções na GNR / PSP.
- **25-7-2004** – Correio da Manhã – posição da OE face a queixas de enfermeiros-militares que não progredem na carreira.
- **7-9-2004** – Conferência de imprensa sobre a substituição de enfermeiros por outros profissionais não enfermeiros.
Entrevista na SIC, na TVI, no JN, DN, Correio da Manhã e Público.
- **10-9-2004** – Primeira tomada de posição da OE sobre o CCT proposto pelo Ministério da Saúde.
Entrevista na SIC.
Entrevista na TVI (fim-de-semana).
Notícias de síntese em **todos** os diários.
- **17-9-2004** – Convocatória para a reunião magna das associações profissionais de enfermagem.
Várias entrevistas em todos os jornais e em todas as rádios.
- **20-9-2004** – Grande reportagem na revista Visão sobre a prática da enfermagem em Portugal.
- **22-9-2004** - Publicação do “Enunciado de Posição”.
- **24-9-2004** - Programa de televisão na SIC Notícias com o Presidente da República.
- **7-10-2004** - Reunião de enfermeiros-directores em Coimbra.
Entrevistas na Antena 1, na Lusa e no DN.
- **9-10-2004** - Fórum TSF sobre cuidados de enfermagem.
- **14-10-2004** - Programa da RTP Prós e Contras.
- **23-10-2004** - Grande reportagem na revista XIS sobre enfermeiros do bloco operatório.
- **28-10-2004** - Posição da OE face à notícia do JN sobre a denúncia de aborto clandestino por parte de um enfermeiro no Hospital Amadora Sintra.
Várias entrevistas nos jornais, rádios e SIC (Enfermeira Cecília Nunes)
- **11-11-2004** - Visita dos órgãos sociais da SR Sul da OE ao Alentejo.
Entrevista com vários jornais e várias rádios regionais



- **25-12-2004** - Visita da Bastonária da OE aos Hospitais Garcia de Horta e Santa. Maria, em Lisboa, na noite de Natal. Entrevista e reportagem na RTP, SIC e TVI.

2.1.2 – Visibilidade da intervenção dos enfermeiros

As comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro, organizadas de forma descentralizada, permitiram:

- realizar uma mostra de cuidados em Portalegre;
- realizar *spots* com personalidades, na televisão;
- debater sobre a pobreza e as implicações para a saúde da população.

As datas mais significativas no que respeita à área da saúde foram assinaladas com cartazes enviados para todas as instituições.

A realização de uma parceria com o Sindicato dos Jornalistas para a elaboração do regulamento do prémio *media*, tendo em vista a promoção da imagem dos cuidados de enfermagem na comunicação social.

2.2 Desenvolvimento do mandato social para com os enfermeiros

Sendo esta vertente de intervenção uma questão prioritária da responsabilidade perante os membros da OE, há a assinalar o seguinte:

- por um esforço acrescido de organização interna, a maioria dos processos de admissão estão a ser terminados em 30 dias;
- as secções regionais reforçaram os seus contactos com as instituições, e foi desenvolvida uma rede de colaboradores que deve ser reforçada;
- foi desenvolvido o projecto de renovação do *site*;
- foram editados quatro números da Revista da Ordem dos Enfermeiros e dois suplementos sobre áreas temáticas;
- deu-se início ao trabalho conducente à certificação da OE como entidade formadora e elaboração do projecto para a criação do Centro de Recursos em Conhecimento.

2.3 Desenvolvimento do mandato social para com o poder político

Para além das intervenções já referidas no pontoum, há a assinalar o seguinte:

- participação na discussão do Plano Nacional de Saúde;
- participação na discussão política de educação / formação:
 - discussão do Processo de Bolonha, em reunião realizada pela ministra com as ordens e associações profissionais;



- » apresentação do doutoramento em enfermagem na UL;
- » abertura do mestrado em enfermagem na Universidade Católica do Porto;

- ▶ intercâmbio com outras ordens:
 - » Seminário sobre a violência contra os profissionais de saúde;
 - » acordo preliminar com a OM para a abordagem conjunta de orientações para a Saúde Materna e Obstétrica e dos Cuidados Primários / Centros de Saúde.

3 – Gestão centralizada do património e recursos

Definição dos princípios orientadores.

Criação da comissão de gestão do património.

Levantamento da situação patrimonial e identificação das necessidades de desenvolvimento.

4 – Relações internacionais

Esta área pretende evidenciar a participação da Ordem dos Enfermeiros nas várias instâncias e instituições internacionais que desenvolvem o respectivo trabalho, tendo como finalidade a promoção da enfermagem. Neste sentido, há a realçar:

- ▶ a concretização da filiação da Ordem dos Enfermeiros no ICN / CIE no mês de Abril, no respeito pelo protocolo firmado com as associações nacionais; tal facto vem permitindo um efectivo incremento da participação da enfermagem portuguesa nos vários fóruns e espaços de intervenção internacional, com perspectivas de reforço para o futuro;
- ▶ a criação do gabinete de relações internacionais mostrou-se um instrumento de trabalho essencial na coordenação global desta área de intervenção, seja no que respeita à participação das diversas actividades, seja no tratamento e divulgação de informação pertinente na revista e no *site*;
- ▶ a política de participação obedeceu, por um lado, à representação nas estruturas do ICN e do PCN, e ao estabelecido no protocolo, com base no modelo de cooperação, por outro lado, a uma participação diversificada de acordo com as temáticas e áreas de intervenção.

Assim, e neste quadro, indicam-se de seguida as actividades decorrentes destas duas vertentes, que se subdividem em actividades preparatórias de participação e de desenvolvimento de projectos, e na participação em actividades globais e nas acções das estruturas internacionais e europeias de enfermagem.

4.1. De desenvolvimento

Adesão ao Projecto do ICN *Girl Child*, que será iniciado em 2005 com coordenação da Comissão de Especialidade em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica.




Revitalização da nossa participação no projecto da OMS Europa *Family Health Nurse Multinational Study*, que será iniciado em 2005 com coordenação da Comissão de Especialidade em Enfermagem Comunitária.

Constituição da comissão que estuda a adesão ao Projecto da Biblioteca Móvel do ICN, tendo em vista a colaboração com as Associações de Enfermeiros dos PALOP.

Realização de contactos preliminares para realização de um evento com enfermeiros dos países lusófonos sobre SIDA, paralelo a um evento ministerial, com realização prevista para Maio de 2005.

Participação na conferência *Health Professionals Crossing Borders*, organizada no quadro da presidência Holandesa, tendo em vista a criação de dispositivos comuns para o controlo das condições para o exercício profissional, nos vários países decorrentes da Directiva Europeia sobre o Mercado Interno e a Livre Circulação.

Promoção da participação de enfermeiros portugueses no 23.º Congresso Quadrienal do International Council of Nurses, em Taiwan, através:

- ▶ da sua divulgação e organização da viagem;
 - ▶ da atribuição de prémios para os enfermeiros que apresentaram comunicações;
 - ▶ da participação com comunicações por parte da Ordem dos Enfermeiros;
 - ▶ da construção de um *stand* de divulgação a estar patente durante todo o congresso.
- ▶ **1, 2 e 3 de Abril**  Congresso Luso-Brasileiro de Bioética, nos Açores, com elevada participação de enfermeiros. Pela OE participaram a presidente do CJ, Enfermeira Lucília Nunes, o presidente do CJ do Sul, Enfermeiro Rogério Gonçalves, que realizaram comunicações, e a Enfermeira Manuela Amaral, membro do CJ.
- ▶ **14 de Abril** – Conferência sobre a formação ao longo da vida, RCN, em Londres. Participaram o vice-presidente do Conselho Directivo, Enfermeiro Jacinto Oliveira, e a Enfermeira Maria João Silva, membro da CEEC.
- ▶ **15 e 16 de Abril** – Conferência organizada no âmbito da Presidência Irlandesa da Comissão Europeia para *chief nurses* (que são enfermeiros com responsabilidades governamentais na área da enfermagem, e que não existem em Portugal), em Cork, na Irlanda. A OE teve conhecimento deste evento e conseguiu enviar dois representantes, a Enfermeira Maria João Silva, membro da CEEC, e o Enfermeiro Jacinto Oliveira, vice-presidente do Conselho Directivo.

A conferência foi especialmente dedicada à problemática da prestação de cuidados de saúde a uma população cada vez mais envelhecida.

- ▶ **15 e 16 de Abril** – Reunião ordinária da Assembleia do PCN (estrutura europeia das organizações profissionais filiadas no ICN), em Londres. No quadro da nova situação face ao ICN participam a Bastonária, pela OE, e a Enfermeira Viterbo de Freitas, pela APE.



- ▶ **22 e 23 de Abril** – VII Colóquio Internacional do Réseau PRAQSI (Rede multinacional europeia investigação e reflexão a partir da prática quotidiana dos cuidados de enfermagem) da iniciativa do Institut la Source, cujo secretário-geral é Walter Hesbeen, em Turim, subordinada ao tema “A pessoa no processo de avaliação – Representações e impactos”. Participaram, em representação da OE, a secretária do Conselho Directivo, Enfermeira Oliveira Marçal, e o presidente da Comissão de Formação, Enfermeiro Carlos Margato.
- ▶ **15 e 16 de Maio** – Simpósio sobre o trabalho em equipa, uma mais valia para a saúde. É organizado conjuntamente pelo ICN, a Federação Internacional dos Médicos e a Federação Internacional dos Farmacêuticos. Participou a Bastonária e a Enfermeira Helena Almeida pelo Conselho de Enfermagem.
- ▶ **17 a 22 de Maio** – Assembleia plenária da OMS. Participou a Bastonária integrada na delegação do ICN.
- ▶ **29 de Junho a 2 de Julho** - International Nurse Practitioner / Advanced Nursing Practice Network. Participaram a Enfermeira Mara, do CD da SRN, e o Enfermeiro Manuel Oliveira, do CER do Centro.
- ▶ **05 de Outubro** - Encontro do Steering Committee das associações com funções de regulação profissional em Toronto. Participou a Bastonária a convite do ICN.

Foi ainda assegurado o que se segue.

- ▶ A participação nas reuniões regulares do PCN – assembleias gerais e comité executivo (que por força da alteração estatutária decidida se passará a chamar EFN – Federação Europeia de Associações de Enfermeiros). Esta representação é assegurada pelo Enfermeiro António Manuel Silva, Secretário do Conselho Directivo, responsável pelas Relações Internacionais e pela Enfermeira Viterbo de Freitas, da APE;
- ▶ A realização de quatro encontros do Fórum Nacional das Organizações Profissionais de Enfermagem (FNOPE), após a filiação da Ordem dos Enfermeiros no ICN.



4

II - Actividades inerentes ao regular funcionamento dos órgãos

1 - Inscrições

Entre um de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004 foram recebidos 2859 pedidos de inscrição, tendo, em igual período, sido admitidos 2675 novos membros. Em relação ao ano anterior regista-se um ligeiro aumento do número de enfermeiros admitidos (mais 117).

Durante o ano de 2004 foram recusados 18 dos pedidos de inscrição na Ordem, com base na falta de habilitações legais para o exercício da profissão, e foram arquivados 56 processos, por falta de apresentação de documentação dos requerentes.

Em relação ao total dos pedidos de cancelamento e suspensão e aos casos de falecimentos, registou-se um aumento superior a 4% relativamente ao ano anterior. Estes valores poderão, pelo menos em parte, ser explicados pelas iniciativas da Ordem junto dos membros com quotas em atraso, o que determinou a regularização de várias casos que, do ponto de vista administrativo, não estavam conformes com a situação real do enfermeiro.

Releve-se que a 31 de Dezembro a Ordem dos Enfermeiros regista 45 906 enfermeiros activos.

Secção Regional	Pedidos de inscrição	Admissões	Cancelamentos e Suspensões			Total de membros
			Cancel.	Susp.	TOTAL	
<i>Açores</i>	75	74	4	10	14	activos a 31/12/04 1758
<i>Centro</i>	574	508	56	66	122	10100
<i>Madeira</i>	72	73	4	8	12	1601
<i>Norte</i>	959	872	59	114	173	13702
<i>Sul</i>	1179	1138	138	382	520	19245
TOTAL	2859	2675	261	580	841	45906

a) inclui pedidos de cancelamento e falecimentos.

2 - Revalidação das cédulas profissionais

Conforme o regulamento aprovado em Assembleia Geral determina, procedeu-se, no final do ano, à revalidação automática das cédulas profissionais aos membros com a situação de quotas regularizada a 31 de Dezembro. Em 2004, este processo decorreu com toda a normalidade, sendo possível constatar a elevada percentagem de enfermeiros com situação quotas regularizada, o que deixa transparecer o envolvimento da generalidade dos enfermeiros com a sua Ordem.



4

3 - Atribuição de títulos

Para além do título de enfermeiro, foram atribuídos pelo Conselho de Enfermagem 64 títulos profissionais de enfermeiro-especialista nas seguintes áreas de especialidade:

Enfermeiro-Generalista	
Enfermagem Médico-Cirúrgica	6
Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria	5
Enfermagem de Reabilitação	9
Enfermagem na Comunidade	12
Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria	11
Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia	21
TOTAL	67
TOTAL GERAL	

4 - Emissão de pareceres

▪ Sobre matéria interdisciplinar das especialidades em enfermagem

O Conselho de Enfermagem emitiu 62 pareceres sobre diferentes questões relacionadas com a competência e autonomia profissional dos enfermeiros. Este número, quando comparado com os anos anteriores, evidencia alguma tendência para a estabilidade nesta área.

▪ Sobre o exercício profissional e a deontologia

O Conselho Jurisdicional emitiu 28 pareceres, 11 dos quais sobre incompatibilidades com o exercício da profissão, seis sobre condições do exercício para a prestação de cuidados, quatro sobre prática de cuidados a clientes em contexto, quatro sobre questões ético-deontológicas ligadas à imagem dos profissionais / da profissão, dois sobre aspectos legais e deontológicos da actividade profissional, um sobre investigação qualitativa e ainda um sobre formação.

No que se refere às questões ético-deontológicas, cerca de 50% dos pareceres encontram-se no âmbito da análise e interpretação do Artigo 83, correspondente ao Direito ao Cuidado, referindo-se a questões relacionadas com a prestação de cuidados.

5 – Julgamento de recursos

Das decisões dos órgãos sociais da Ordem dos Enfermeiros, foi julgado um recurso interposto para o Conselho Jurisdicional, pretendendo a revogação do acto de não procedimento disciplinar, a que não foi dado provimento.



6 – Procedimento disciplinar

Durante o ano de 2004, deram entrada no Conselho Jurisdicional Nacional nove processos disciplinares.

Foram arquivados três processos, aplicadas três penas de advertência, uma de suspensão e uma de expulsão. Transitaram três para o ano de 2005.

Foi instaurado um procedimento de reconhecimento de mérito e dois de atribuição do título de membro honorário, tendo resultado:

- ▶ a atribuição de Louvor com Distinção à Enfermeira Mariana Diniz de Sousa;
- ▶ a atribuição da qualidade de membros honorários à Enfermeira Maria José Dias Pinheiro e à Senhora Dona Amélia Hungria.

7 - Representação e intervenção política

Ao longo do ano 2004, esta acção da Ordem desenvolveu-se em várias vertentes que poderão ser sistematizadas nos seus aspectos formais, e ainda não divulgados, da sforma a seguir enunciada.

7.1 Junto dos órgãos de soberania

Presidência da República

A Ordem dos Enfermeiros solicitou, por duas ocasiões, audiências ao Presidente da República. Em 13-02-04, solicitámos uma audiência para apresentação das orientações da Ordem para o quadriénio, assim como, as preocupações relativas à actual situação na saúde e na educação. Em 30.09.04 solicitámos uma audiência para apresentação das preocupações relacionadas com o desenvolvimento dos instrumentos de regulação dos hospitais S. A..

As audiências realizaram-se uma com o Dr. Jorge Simões, no dia 27-04-04, e outra com o Senhor Presidente da República, no dia 11-05-04.

A OE, através da Bastonária, ou em sua representação, esteve, a convite do Presidente da República, em várias cerimónias das quais se destaca a abertura da semana da saúde, as Comemorações do 10 de Junho, onde a Enfermeira Marta Lima Basto foi condecorada.

Assembleia da República

A Ordem dos Enfermeiros solicitou duas audiências a todos os grupos parlamentares, tendo sido recebida, em 2004, pelos grupos parlamentares do PSD, PCP e CDS / PP, PS e Bloco de Esquerda.



A Primeira audiência para apresentação de cumprimentos e a segunda por causa da proposta de ACT para os hospitais S. A.

Grupo Parlamentar do PCP – 20 de Fevereiro e 27 de Setembro.
Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda – 23 de Março.
Grupo Parlamentar do PSD – 30 de Março e 20 de Outubro.
Grupo Parlamentar do CDS / PP – cinco de Maio e sete de Outubro.
Grupo Parlamentar do PS – 29 de Setembro.

7.2 Governo

Ministério da Saúde

A Ordem foi recebida por sete vezes pelo ministro da Saúde. Destas audiências, quatro ocorreram durante o segundo semestre do ano, e tiveram por tema central as iniciativas legislativas do governo em matéria de saúde.

Foram enviados pareceres ao ministro da Saúde sobre diferentes matérias tais como: projecto de portaria que cria o Centro Hospitalar de Lisboa (zona central), projecto de decreto - lei que cria o Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio S. A. e o Centro Hospitalar do Baixo Alentejo S. A. , envio de contributos da Ordem dos Enfermeiros sobre os centros de saúde.

Foram enviados ainda ofícios sobre: grelha de indicadores para atribuição de incentivos; quadro de referência para a construção de indicadores de qualidade e de produtividade em Enfermagem; orientações relativas às atribuições do enfermeiro-circulante, entregue em audiência; indicação dos representantes da Ordem na Comissão que foi criada sobre a prestação dos cuidados de saúde nos centros de saúde.

Unidade de Missão

Por causa do acordo colectivo de trabalho, a Ordem dos Enfermeiros reuniu quatro vezes, sendo a última reunião para assinatura do acordo entre o Ministério da Saúde e a Ordem dos Enfermeiros.

Ministério da Ciência, Inovação e do Ensino Superior

A Ordem foi recebida quatro vezes em 2004 pelo Ministério da Ciência, Inovação e do Ensino Superior para análise de diferentes assuntos, entre os quais a formação de enfermeiros, a rede das escolas superiores de enfermagem, a publicação das portarias que autorizem o funcionamento dos cursos de pós-licenciatura de especialização em enfermagem, Processo de Bolonha, fusão das escolas superiores de enfermagem,

Direcção-Geral do Ensino Superior

De acordo com os pedidos da Direcção-Geral do Ensino Superior, foram emitidos 20 pareceres sobre os planos de estudos de curso de pós-licenciatura de especialização em enfermagem.



Destes planos de estudos, quatro são na área de enfermagem comunitária, três na área de saúde infantil e pediátrica, seis na área de enfermagem de reabilitação, duas na área de enfermagem médico-cirúrgica e duas na área de saúde mental e psiquiátrica.

Participação em Comissões / Organismos previstas na lei ou por solicitação

Ao longo deste primeiro ano de mandato, o Conselho Directivo nomeou vários colegas para representarem a Ordem dos Enfermeiros em diversas instituições, órgãos ou grupos de trabalho. A actividade que estes enfermeiros levam a cabo nestas instâncias é muito variada. Pode tratar-se de trabalho intensivo por um período de tempo limitado, de acompanhamento sistemático de uma dada realidade ou de participação na vida da instituição. Todos eles apresentam, no fim de cada ano, um relatório sucinto das actividades que desenvolveram. Para que todos os enfermeiros tenham conhecimento desta vertente da vida da Ordem dos Enfermeiros, listamos de seguida algumas situações.

- Conselho Nacional da Qualidade na Saúde
- Conselho Nacional de Saúde Mental
- Conselho Nacional para Avaliação do Ensino Superior (CNAVES)
- Conselho Consultivo do Instituto da Qualidade em Saúde
- Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem Bissaya Barreto
- Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian
- Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem Francisco Gentil
- Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada
- Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem de Santarém
- Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem de São João
- Comissão de Acompanhamento de Intervenção Operacional para a Saúde
- Comissão Técnica Nacional para as Unidades Privadas de Diálise
- Comissão de Verificação Técnica junto da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo para a área da prestação de cuidados de saúde de diálise
- Comissão de Verificação Técnica para a área das unidades de saúde privadas na área de diálise do Algarve
- Comissão de Verificação Técnica – Unidades Privadas de Diálise – Administração Regional de Saúde do Norte
- Comissão de Coordenação do Programa de Controlo de Diabetes
- Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres
- Comissão de Coordenação do Programa nacional de Prevenção e Controlo das Doenças Cardiovasculares
- Comissão de Coordenação do Programa Nacional contra as Doenças Reumáticas
- Comissão de Coordenação do Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas
- Grupo de Trabalho – Alimentação Entérica e Parentérica
- Grupo de Trabalho para elaboração do “Manual de Cuidados de Enfermagem no AVC” da Direcção-Geral de Saúde
- Comissão de Coordenação do Programa Nacional de Cuidados Paliativos



Participação em eventos realizados por enfermeiros e/ou outras entidades

A Ordem dos Enfermeiros continua a ser convidada para várias iniciativas promovidas por diferentes instituições ou entidades e realizadas em diversas localidades do continente e das regiões autónomas. Em resposta a estas solicitações, a Bastonária esteve presente, ou fez-se representar, em 147 eventos, participando com várias apresentações temáticas ou intervindo em sessões de abertura e / ou encerramento.

8 – Gestão dos serviços e expediente

Tal como em anos anteriores, o envio de correspondência para os membros da Ordem continua a ser uma fatia muito significativa do volume de trabalho acometido ao sector administrativo. Fazem parte desta correspondência, entre outros documentos, as facturas relativas ao pagamento de quotas (**2003** – 416 171; **2004** – 437 914); as apólices do seguro de responsabilidade civil profissional (**2003** – 41 776; **2004** – 46 942), as vinhetas de revalidação das cédulas profissionais (**2003** – 31 818; **2004** – 32811), emissão de cédulas profissionais (**2003** – 2687; **2004** – 2624).

Por outro lado, manteve-se a preocupação em minimizar custos, assegurando, por exemplo, que a informação pertinente a disponibilizar a todos os membros fosse enviada juntamente com a facturação.

Apesar do atendimento regular dos membros nas sedes das secções regionais, foram muitos os que se dirigiram, quer pessoal quer telefonicamente, à sede nacional. Em todos os casos houve a preocupação em dar uma resposta às solicitações, procedendo-se, posteriormente, em alguns casos, ao encaminhamento das situações para as respectivas secções regionais.

Em termos globais, deram entrada na sede nacional 11 585 documentos diversos, o que traduz um aumento de 23,8 % relativamente ao ano anterior. Em relação aos documentos expedidos, registou-se um acréscimo de 18,6 % em comparação com o ano anterior (de 8284 para 9826).

9 – Reuniões dos órgãos sociais

Todos os órgãos nacionais funcionaram regularmente reunindo de acordo com o estipulado no estatuto e nos respectivos regulamentos internos.

Ao longo do ano, o Conselho Directivo reuniu ordinariamente por 20 vezes, realizando ainda mais cinco reuniões extraordinárias. O Conselho Directivo promoveu ainda três Encontros Nacionais dos órgãos sociais no mês de Fevereiro, em Fátima, no mês de Maio, na Costa da Caparica e em Dezembro, em Leiria, com a finalidade de recolher todos os contributos necessários à definição do trabalho a desenvolver, promover a formação dos novos órgãos sociais e o aprofundar as orientações para a intervenção da OE.

O Conselho Jurisdicional agendou as reuniões necessárias para o planeamento e avaliação das actividades de formação e encontros de reflexão, promovidos por este órgão, e para a decisão final em processos disciplinares. Como as necessidades ultrapassaram as expectativas, foram realizadas 14



reuniões plenárias, quatro delas extraordinárias, 13 reuniões da primeira secção, e dez reuniões da segunda secção.

O Conselho de Enfermagem reuniu 12 vezes (três das quais extraordinariamente). Promoveu dois encontros entre o CE e os presidentes dos conselhos de enfermagem regionais, com o objectivo de coordenar e programar a actividade a desenvolver de acordo com as prioridades definidas.

O CE coordenou a actividade das comissões de especialidade, de cuidados gerais e de formação, que reuniram regularmente (entre oito e 19 reuniões anuais). As várias comissões realizaram encontros (num total de 20) com os membros dos conselhos de enfermagem regional da respectiva área.

O Conselho Fiscal reuniu nove vezes para proceder à análise das actas do Conselho Directivo e das contas da Ordem.

A mesa da Assembleia Geral dirigiu os trabalhos da Assembleia Geral, realizada em Março em Lisboa, tendo, para efeitos da sua preparação, reunido antecipadamente.



4

III Análise da situação económica e financeira

Ao encerrar as contas relativas ao exercício de 2004, podemos afirmar que estas espelham de forma transparente e credível a nossa situação financeira e os resultados da nossa actividade, pelo que é nosso propósito continuar a assegurar aos membros a continuidade e consistência dos correspondentes Relatórios de Gestão e Contas, garantindo, deste modo, a fiabilidade das mesmos.

É de referir que durante o ano de 2004 foi concretizada uma auditoria contabilística e financeira na sede e em todas as secções regionais, o que vem reforçar a credibilidade pela independência de análise efectuada por auditores externos.

1 Análise da situação económica

O resultado líquido do exercício de 2004 cifrou-se em €57 887,87, num ano em que se procurou dar cumprimento ao plano de actividades e ao estabelecido em termos de orçamento.

1.1 Proveitos

O valor da quotização emitida é contabilizado pela totalidade na sede nacional, sendo posteriormente feita a sua distribuição pelas secções regionais, na mesma percentagem que se aplica aos recebimentos, para que se mantenha a uniformização dos critérios.

A execução orçamental das principais rubricas de proveitos pode ser analisada a seguir:

Proveitos Associativos (Quotizações)	Valor da Facturação	Percentagens das Secções Regionais	Valor Líquido para a Sede Nacional
Secção Regional Açores	108 691.88	152 565.51	-43 873.63
Secção Regional Centro	879 421.60	263 827.10	615 594.50
Secção Regional Madeira	139 905.92	121 943.74	17 962.18
Secção Regional Norte	1 190 741.20	357 222.36	833 518.84
Secção Regional Sul	1 679 835.96	503 950.76	1 175 885.20
TOTAL	3 998 596.56	1 399 509.47	2 599 087.09

€

Proveitos	Total Realizado Bruto – 2004	Valor Realizado Líquido (*) – 2004	Valor Orçamentado Líquido –2004
Proveitos Associativos Quotizações	3 998 596.56	(*)2 599 087.09	2 566 424.15
Emolumentos	40 826.84	40 826.84	35 000.00
Proveitos Suplementares	18 615.52	18 615.52	12 000.00
Outros Proveitos Operacionais	2 451.67	2 451.67	0.00
Proveitos Financeiros	56 869.56	56 869.56	60 000.00
Proveitos Extraordinários	5 583.50	5 583.50	2 500.00
TOTAL	4 122 943.65	2 723 434.18	2 675 924.15

€



4

(*) Após distribuição da Percentagem de Quotização por secções regionais, no montante de €1 399 509,47.

O total realizado bruto diz respeito ao total de **Proveitos Associativos** correspondente à facturação mensal emitida. Após distribuição da percentagem de proveitos por cada secção regional, processa-se a correspondente contrapartida na conta de custos “Outros Custos Operacionais” pelo mesmo montante, resultando o Valor Realizado Líquido – Proveitos Associativos, correspondentes à percentagem da facturação alocada à sede nacional.

Os **Proveitos Suplementares** são constituídos fundamentalmente pela venda de publicações, material de divulgação e inscrições em eventos. São aqui reflectidos, também, os emolumentos das inscrições de membros não aceites na Ordem.

Os **Outros Proveitos Operacionais** são constituídos pelos reembolsos das quotizações do ICN e PCN, ocorridos pela primeira vez.

Os **Proveitos Financeiros** são provenientes de juros bancários dos depósitos à ordem e a prazo.

Os **Proveitos Extraordinários** referem-se a pequenas correcções efectuadas a exercícios anteriores e proveitos provenientes de reembolsos de despesas.

Os custos correntes do exercício totalizaram €3 748 198,03, conforme o quadro seguinte:

€

Custos	Orçamentado	Realizado	Variação
Fornecimentos e serviços externos	1 987 645.04	1 723 796.41	-13.27%
Impostos	12 500.00	11 584.32	-7.33%
Custos com o pessoal	335 454.41	300 914.41	-10.30%
Percentagem Quotização emitida (Secções Regionais)	1 381 920.69	1 399 509.47	1.27%
Outros custos e perdas operacionais	111 000.00	79 222.35	-28.63%
Amortizações	102 977.65	123 599.70	20.03%
Custos e perdas financeiras	98 951.66	85 225.63	-13.87%
Custos e perdas extraordinárias	15 000.00	24 345.74	62.30%
TOTAL	4 045 449.45	3 748 198.03	-7.35%

€

Comparticipação - Imóveis	Orçamento	Realizado
Comparticipação Obras SR Madeira*	261 868.90	261 868.90
Comparticipação Obras SR Madeira**		54 988.85
TOTAL	261 868.90	316 857.75

* Participação orçamentada em 2003 e 2004, realizada em 2004.

** Participação não orçamentada, constituindo 34 988.85€acerto do IVA e 20 000€a título de adiantamento.



1.2 Custos

1.2.1 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (FSE) é aquela cuja natureza atinge maior expressão na estrutura de custos, por reflectir na mesma todas as actividades do plano.

As principais contribuições dos FSE foram:

Fornecimentos e Serviços Externos	€ 2004
Comunicação	317 304.83
Seguros	271 962.61
Deslocações e Estadias	280 703.65
Vigilância e Segurança	94 448.78
Trabalhos Especializados	469 569.44

A execução apresentada merece os comentários a seguir apresentados.

1.2.2 Comunicação

O montante afecto representa 87%, com os correios para informação aos membros.

1.2.3 Deslocações e estadias

Rubrica onde ocorrem as despesas com as actividades dos órgãos sociais nacionais, grupos de trabalho, comissões e outras actividades para cumprimento do Plano de Actividades Nacional.

1.2.4 Trabalhos especializados

Nesta rubrica, assume especial importância os trabalhos de tipografia, de envelopagem e de trabalhos gráficos com a revista, todo o apoio especializado e toda a manutenção logística, e os trabalhos especializados relativos às cédulas profissionais. Nesta rubrica está incluído o projecto de investigação *Condições de Trabalho dos Enfermeiros Portugueses* que foi concluído pela Universidade Católica Portuguesa.

1.2.5 Custos Financeiros

O montante desta rubrica deve-se aos custos da SIBS referentes aos pagamentos das quotizações pelo multibanco, assumidos na sua totalidade pela sede nacional.



4

1.2.6 Custos Extraordinários

Os custos extraordinários resultam da contabilização de facturas entradas no próprio ano, referentes a despesas do ano anterior. Apesar da sensibilização de todos para que este valor seja cada vez mais residual, ocorrem factores circunstanciais que nem sempre o viabilizam. Neste caso, a ocorrência de eleições e a elaboração do respectivo processo ocasionaram a sua contabilização já em 2004.

2 Análise da situação financeira e patrimonial

Pode verificar-se o nível de investimentos com base no seguinte mapa:

€

Imobilizações	Orçamentado	Realizado	Varição
Imobilizações corpóreas			
Edifícios e outras construções	240 000.00	8 347.37	-96.52%
Equipamento administrativo	10 000.00	3 604.85	-63.95%
Equipamento informático	65 000.00	56 807.48	-12.60%
Outras imobilizações corpóreas	10 000.00	11 935.33	19.35%
Total	325 000.00	44 699.61	-75.17%

Tendo em conta o Artigo 96 do Estatuto, o Fundo de Reserva totaliza € 908 585,05, o qual será reforçado de acordo com o resultado do exercício em €11 577,57.

O Fundo de Solidariedade, constituído durante o ano de 2003, totaliza €250 000,00.

O saldo disponível de tesouraria é de €1 736 418,59.

Lisboa 16 de Fevereiro de 2005

O Conselho Directivo



4

**BALANÇO
E
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
DO EXERCÍCIO DE 2004**



SEDE NACIONAL

BALANÇO ACTIVO
Exercício: 2004

Mês: FINAL

4

CODIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCICIOS			
		2004			ANTERIOR
		AB	AP	AL	AL
	IMOBILIZADO:				
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
431	Despesas de instalação.....				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento....	19 521.20	19 521.20	0.00	0.00
433	Propriedade industrial e outros direitos.....				
434	Trespases.....				
441/6	Imobilizações em curso.....				
449	Adiantamentos por conta de imo. incorporeas...				
		19 521.20	19 521.20	0.00	0.00
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
421	Terrenos e recursos naturais.....	365 588.30		365 588.30	365 588.30
422	Edifícios e outras construções.....	1 098 082.25	69 230.12	1 028 852.13	1 051 050.89
423	Equipamento básico.....	31 202.44	25 166.54	6 035.90	9 931.60
424	Equipamento de transporte.....				
425	Ferramentas e utensílios.....				
426	Equipamento administrativo.....	558 915.85	433 721.68	125 194.17	153 820.60
427	Taras e vasilhames.....				
429	Outras imobilizações corpóreas.....	50 422.15	22 511.04	27 911.11	24 442.26
441/6	Imobilizações em curso.....	6 521.20		6 521.20	
448	Adiantamentos por conta de imo. corporeas.....				
		2 110 732.19	550 629.38	1 560 102.81	1 604 833.65
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS:				
4111	Partes de capital em empresas do grupo.....				
4121+4131	Emprestimos a empresas do grupo.....				
4112	Partes de capital em empresas associadas.....				
4122+4132	Emprestimos a empresas associadas.....				
4113+414+415	Titulos e outras aplicações financeiras.....				
4123+4133	Outros empréstimos concedidos.....				
441/6	Imobilizações em curso.....				
447	Adiantamentos por conta de invest. financeiros				
		0.00	0.00	0.00	0.00
	TOTAL ACTIVO IMOBILIZADO	2 130 253.39	570 150.58	1 560 102.81	1 604 833.65



SEDE NACIONAL

BALANÇO ACTIVO
Exercício: 2004

Mês: FINAL

CODIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCICIOS			
		2004			ANTERIOR
		AB	AP	AL	AL
	CIRCULANTE:				
	EXISTÊNCIAS:				
36	Materias primas subsidiarias e de consumo.....				
35	Produtos e trabalhos em curso.....				
34	Subprodutos, desperdícios, residuos e refugos.....				
33	Produtos acabados e intermedios.....				
32	Mercadorias.....				
37	Adiantamentos por conta de compras.....				
	Dividas de terceiros - Medio e longo prazo:				
218	Cientes de cobrança duvidosa.....			0.00	0.00
		0.00		0.00	0.00
	Dividas de terceiros - Curto prazo:				
211	Membros c/c.....	1 105 715.07		1 105 715.07	1 152 420.48
212	Membros - Titulos a receber.....				
252	Secções Regionais.....				
253+254	Empresas participadas e participantes.....				
251+255	(Restantes) accionistas (socios).....				
229	Adiantamentos a fornecedores.....				2 200.31
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado...				
24	Estado e outros entes publicos.....				
262/6/7/8+221	Outros devedores.....	149 810.64		149 810.64	90 981.77
264	Subscritores de capital.....				
		1 255 525.71		1 255 525.71	1 245 602.56
	TITULOS NEGOCIÁVEIS:				
1511	Acções em empresas do grupo.....				
1521	Obrig. e tit. de particip. empresas do grupo				
1512	Acções em empresas associadas.....				
1522	Obrig. e tit. de particip. empresas associadas				
1513+1523+153/9	Outros titulos negociaveis.....	250 107.97		250 107.97	250 107.97
18	Outras aplicacoes de tesouraria.....				
		250 107.97		250 107.97	250 107.97
	DEPOSITOS BANCARIOS E CAIXA:				
12+13+14	Depositos bancarios.....	2 814 493.54		2 814 493.54	2 305 343.30
11	Caixa.....	997.60		997.60	997.60
		2 815 491.14		2 815 491.14	2 306 340.90
	ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271	Acrescimos de proveitos.....	1 107.66		1 107.66	
272	Custos diferidos.....	39 876.81		39 876.81	23 575.84
		40 984.47		40 984.47	23 575.84
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES.....		570 150.58		
	TOTAL DE PROVISÕES.....				
	TOTAL DO ACTIVO.....	6 492 362.68	570 150.58	5 922 212.10	5 430 460.92



SEDE NACIONAL

BALANÇO PASSIVO
Exercício: 2004

Mês: FINAL

4

CODIGO DAS CONTAS	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	EXERCICIOS	
		2004	ANTERIOR
	CAPITAL PROPRIO:		
51	Fundo Social.....	1 015 929.93	543 444.38
521	Ações (quotas) próprias - Valor nominal.....		
522	Ações (quotas) próprias - Descontos e prémios.....		
53	Prestações suplementares.....		
54	Prémios de emissão de ações (quotas).....		
55	Ajustamento de partes de capital em filiais a associadas.....		
56	Reservas de avaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais.....		
572	Reservas Estatutárias.....	908 585.05	887 619.13
573	Reservas contratuais.....		
574 a 579	Outras Reservas.....	944 879.59	944 879.59
59	Resultados transitados.....	1 818 208.30	1 734 344.63
	Subtotal.....	4 687 602.87	4 110 287.73
88	Resultado líquido do exercício.....	57 887.87	104 829.59
89	Dividendos antecipados.....		
	TOTAL DO CAPITAL PROPRIO.....	4 745 490.74	4 215 117.32



SEDE NACIONAL

BALANÇO PASSIVO
Exercício: 2004

Mês: FINAL

CODIGO DAS CONTAS	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	EXERCICIOS	
		2004	ANTERIOR
	PASSIVO:		
	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:		
291	Provisões para pensões.....		
292	Provisões para impostos.....		
293/8	Outras provisões para riscos e encargos.....		
	DIVIDAS A TERCEIROS - MEDIO E LONGO PRAZO.....		
	DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:		
	Empréstimos por obrigações:		
2321	Convertíveis.....		
2322	Não convertíveis.....		
233	Empréstimos por títulos de participação.....		
231+12	Dividas a instituições de crédito.....	159 017.89	104 982.14
269	Adiantamentos por conta de vendas.....		
221	Fornecedores c/c.....	83 026.67	127 421.94
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência.....		
222	Fornecedores - Títulos a pagar.....		
2612	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar.....		
252	Secções Regionais.....	826 371.42	691 106.33
253+254	Empresas participadas e participantes.....		
251+255	Outros accionistas (socios).....		
219	Adiantamentos de Membros.....		
239	Outros empréstimos obtidos.....		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c.....	2 266.81	10 296.96
24	Estado e outros entes publicos.....	13 733.39	9 681.92
262+263+264+265+746	Outros credores.....	42 758.35	221 681.43
		1 127 174.53	1 165 170.72
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
273	Acrescimos de custos.....	49 546.83	50 172.88
274	Proveitos diferidos.....		
	TOTAL DO PASSIVO.....	1 176 721.36	1 215 343.60
	TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E PASSIVO.....	5 922 212.10	5 430 460.92



SEDE NACIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Exercício: 2004

Mês: FINAL

4

CODIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCICIOS	
		2004	ANTERIOR
61	Custo das mercad. vendidas e das materias consumidas:		
	Mercadorias.....		
	Materias.....		
62	Fornecimentos e servicos externos.....	1 723 796.41	1 728 386.99
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remuneracoes.....	252 675.61	209 806.64
	Encargos sociais:		
643+644	Pensoes.....		43 766.30
645/8	Outros.....	48 238.80	
		300 914.41	253 572.94
66	Amortizacoes do imobiliario corporeo e incorporeo.....	123 599.70	102 977.65
67	Provisoes.....		102 977.65
		123 599.70	
63	Impostos.....	11 584.32	9 055.14
65	Outros custos e perdas operacionais.....	1 795 589.57	1 630 558.82
		1 807 173.89	1 639 613.96
	(A).....	3 955 484.41	3 724 551.54
682	Perdas em empresas do grupo e associadas		
683+684	Amortizacoes e prov. de aplic. e invest. financeiros		
(2)	Juros e custos similares:		
	Relativos a empresas do grupo.....		79 948.98
	Outros.....	85 225.63	79 948.98
		85 225.63	79 948.98
	(C).....	4 040 710.04	3 804 500.52
69	Custos e perdas extraordinarios.....	24 345.74	18 278.77
	(E).....	4 065 055.78	3 822 779.29
86	Imposto sobre o rendimento do exercicio.....		
	(G).....	4 065 055.78	3 822 779.29
88	Resultado liquido do exercicio.....	57 887.87	104 829.59
		4 122 943.65	3 927 608.88



SEDE NACIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Exercício: 2004

Mês: FINAL

4

CODIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCICIOS			
		2004		ANTERIOR	
71	Vendas:				
	Mercadorias.....				
	Produtos.....				
72	Proveitos Associativos.....	4 039 423.40	4 039 423.40	3 856 042.27	3 856 042.27
(3)	Varição da producao.....				
75	Trabalhos para a propria empresa.....				
73	Proveitos suplementares.....	18 615.52		15 527.40	
74	Subsidios a exploracao.....				
76	Outros proveitos operacionais.....	2 451.67			
	(B).....		21 067.19		15 527.40
			4 060 490.59		3 871 569.67
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas:				
784	Rendimentos de participacao de capital:				
(4)	Rendimentos de titulos negoc. e de out. aplic. financ				
	Relativos a empresas do grupo.....				
	Outros.....				
(5)	Outros juros e proveitos similares:				
	Relativos a empresas do grupo.....				
	Outros.....	56 869.56	56 869.56	52 944.53	52 944.53
	(D).....		4 117 360.15		3 924 514.20
79	Proveitos e ganhos extraordinarios.....		5 583.50		3 094.68
	(F).....		4 122 943.65		3 927 608.88
RESUMO					
	Resultados operacionais: (B)-(A)=.....		105 006.18		147 018.13
	Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=.....		-28 356.07		-27 004.45
	Resultados correntes: (D)-(C)=.....		76 650.11		120 013.68
	Resultados antes de impostos: (F)-(E)=.....		57 887.87		104 829.59
	Resultado liquido do exercicio: (F)-(G)=.....		57 887.87		104 829.59



4

**ANEXO AO BALANÇO
E
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
DO EXERCÍCIO DE 2004**

ORDEM DOS ENFERMEIROS – SEDE NACIONAL, tem por objecto a Criação e Regulamentação da Profissão, tem a sua sede na Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 75 – 1700-028 Lisboa, com o n.º de identificação de pessoa colectiva 504 190 407.

Em virtude da reduzida actividade e da existência de poucas situações que mereçam ser objecto de menção nos pontos obrigatórios definidos no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, optámos por omitir os que não são aplicáveis.

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). No entanto, convém realçar que o título de algumas contas foi adaptada à actividade da Ordem dos Enfermeiros.

01 - Princípios contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, e na base da continuidade das operações da Ordem, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

03 - Critérios valorimétricos e contabilísticos

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores que resultaram da sua aquisição

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado sem grande relevo são consideradas como custos do ano em que ocorrem.

07 - Pessoal ao serviço da empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Ordem dos Enfermeiros – Sede Nacional durante o exercício de 2004 foi de 18 empregados.

10 - Activo imobilizado

Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os seguintes quadros discriminativos:

4

a) Activo bruto

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de investigação e desenvolvimento	19 521.20					19 521.20
Total	19 521.20					19 521.20
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	365 588.30					365 588.30
Edifícios e outras construções	1 098 082.25					1 098 082.25
Equipamento básico	31 202.44					31 202.44
Equipamento administrativo	498 503.52		60 412.33			558 915.85
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas	38 486.82		11 935.33			50 422.15
Imobilizações em curso			6 521.20			6 521.20
Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas						
Total	2 031 863.33		78 868.86			2 110 732.19
Investimentos financeiros						
Partes de capital em empresas do grupo						
Total						

b) Amortizações

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de investigação e de desenvolvimento	19 521.20			19 521.20
Total	19 521.20			19 521.20
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	47 031.36	22 198.76		69 230.12
Equipamento básico	21 270.84	3 895.70		25 166.54
Equipamento de transporte				
Ferramentas e utensílios				
Equipamento administrativo	344 682.92	89 038.76		433 721.68
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	14 044.56	8 466.48		22 511.04
Total	427 029.68	123 599.70		550 629.38

4

14 - Imobilizações corpóreas e em curso

Todo o imobilizado está afecto à actividade da Ordem dos Enfermeiros e encontra-se inscrito no balanço.

40 - Movimentos dos capitais próprios

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 - Fundo Social	543 444.38	472 485.55		1 015 929.93
57 - Reservas				
572 - Reservas Estatutárias	887 619.13	20 965.92		908 585.05
574 - Reservas Livres	944 879.59			944 879.59
59 - Resultados transitados	1 734 344.63	104 829.59	20 965.92	1 818 208.30
88 - Resultado líquido do exercício	104 829.59	57 887.87	104 829.59	57 887.87
Total	4 215 117.32	656 168.93	125 795.51	4 745 490.74

44 – Repartição das vendas e prestações de serviços

(euros)

ACTIVIDADE: Proveitos Associativos	Valor
Quotas	3 998 596.56
Emolumentos	40 826.84
Total	4 039 423.40

45 - Demonstração dos resultados financeiros

(euros)

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2004	2003		2004	2003
681-Juros suportados	29.75		781-Juros obtidos	56 869.56	52 810.46
685-Dif. Cambio desfavoráveis			785-Dif. câmbio favoráveis		
686-Desc. p. p. concedidos			786-Desc. pronto pag. obtidas		36.15
688-Outros custos e perdas financeiros	85 195.88	79 948.98	788-Outros proveitos e ganhos financeiros		97.92
Resultados financeiros	-28 356.07	-27 004.45			
Total	56 869.56	52 944.53	Total	56 869.56	52 944.53

4

46 - Demonstração dos resultados extraordinários

(euros)

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2004	2003		2004	2003
691-Donativos	2 944.00				
694- Perdas em imobilizações		2541.88			
695 - Mutas e penalidades		64.84			
696-Aumentos de amort.e prov.			796-Redução de amortizações		1 744.32
697-Correções relativas a exercícios anteriores	21 401.74	15 358.48	797-Correções relativas a exercícios anteriores	1 550.38	817.39
698-Outros custos e perdas extraordinários		313.57	798-Outros proveitos e ganhos extraordinários	4 033.12	532.97
Resultados extraordinários	-18 762.24	-15 184.09			
Total	5 583.50	3 094.68	Total	5 583.50	3 094.68

48 - Outras informações**a) Acréscimos e diferimentos**

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de Dezembro de 2004:

(euros)

Custos diferidos	
Seguros	28 587.66
Contratos de Manutenção	892.49
Conservação e Reparação de Imóveis	8 347.37
Outros Custos Diferidos	2 049.29
Total	39 876.81

Acréscimos de custos	
Remunerações a liquidar	39 140.39
Deslocações e Refeições	10 367.67
Outros acréscimos de custos	38.77
Total	49 546.83

Acréscimos de Proveitos	
Outros acréscimos de proveitos	1 107.66
Total	1 107.66

*O Técnico Oficial de Contas*António Campos Pires Caiado
TOC 93(Assinado no original arquivado na
sede da Ordem dos Enfermeiros)*Conselho Directivo Nacional*Enf^ª Maria Augusta Sousa
Bastonária(Assinado no original arquivado na
sede da Ordem dos Enfermeiros)